



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

04/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

85.191 têm até dia 11 para agendar perícia do pente-fino do INSS

Um total de 85.191 segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que recebem benefício por incapacidade tem até o próximo dia 11 de novembro para agendar a perícia médica do pente-fino e não ter o pagamento suspenso. No final de setembro, o INSS convocou 95.588 segurados para agendarem a reavaliação médica.

Do total de beneficiários chamados no edital, apenas 10.397 marcaram uma data para a perícia médica de revisão no país, informou o INSS à reportagem. Veja aqui a lista completa com os nomes e os números dos benefícios convocados. São Paulo é o segundo estado com mais convocados, atrás apenas do Rio Grande do Sul.

A perícia do pente-fino pode ser agendada pelo Meu INSS (site ou aplicativo) ou pelo telefone 135, que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h. O segurado que não fizer o agendamento no prazo terá o pagamento suspenso.

Saiba mais em: agora.folha.uol.com.br, quinta-feira 04 de novembro.

Crise energética afeta inflação e provoca ainda mais desemprego, diz CNI

De acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicado nesta terça-feira (2), o aumento nos preços da energia elétrica, impulsionado em parte pela crise hídrica, reduzirá o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em R\$ 8,2 bilhões em 2021 e em R\$ 14,2 bilhões em 2022, a valores de 2020.

O estudo indica que a alta da conta de luz provoca uma reação em cadeia na economia, que afeta a inflação, o consumo das famílias, a atividade econômica e a geração de empregos.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou em nota que os elevados encargos, impostos e taxas setoriais da tarifa de energia já pesavam sobre a economia brasileira mesmo antes da crise.

“O alto custo dos impostos e dos encargos setoriais e os erros regulatórios tornaram a energia elétrica paga pela indústria uma das mais caras do mundo, o que nos preocupa muito, pois a energia elétrica é um dos principais insumos da indústria brasileira”, afirmou. Para ele, “essa elevação do custo de geração de energia é repassada aos consumidores, com impactos bastante negativos sobre a economia”.

A economista da CNI e autora do estudo, Maria Carolina Marques, afirmou à Reuters que o impacto dos preços mais altos de energia é diferente para cada setor, com destaque para a indústria, cujo PIB geral deve perder R\$ 2,2 bilhões a preços de 2020 devido à crise energética, ou 0,17%.

Segundo a economista, muitas das grandes economias globais, que estão sofrendo com a alta dos preços de commodities como petróleo e gás natural, já tinham matrizes energéticas pesadas em fontes de energia mais caras, enquanto o Brasil vive um choque devido à grande dependência das hidrelétricas.

Saiba mais em: [CNI](https://cni.org.br), quinta-feira 04 de novembro.

Plano de saúde sobe acima da inflação 2021

Desde o início da vacinação contra a Covid no Brasil, na segunda metade de janeiro deste ano, pulularam no Instagram e no Facebook fotos de gente com mangas de camisa arregaçadas, empunhando com orgulho a carteirinha do SUS (Sistema Único de Saúde), felizes por terem se imunizado contra o novo coronavírus.

Hoje, ter um plano privado de saúde é o terceiro bem mais importante para o brasileiro, depois de moradia e educação, segundo pesquisa do IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar), divulgada em junho. Algo acessível para menos de um quarto da população (23%), ou 48,3 milhões de pessoas, segundo a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que regula o setor.

Este ano, os beneficiários de planos de saúde empresariais vão sentir uma alta de 11% no custo do serviço, como um dos reflexos da pandemia. No ano que vem, a dor no bolso vai ser ainda maior: o reajuste deve ficar em 13%, já incluindo a inflação.

Saiba mais em: [Folha de São Paulo](https://folha.com.br), sábado 30 de outubro.

Total de empregos criados em 2020 cai à metade com revisão

O saldo mede a diferença entre contratações e demissões no mercado de trabalho com carteira assinada.

Segundo dados divulgados em janeiro pelo Ministério da Economia, o indicador havia ficado positivo em 142.690 vagas no ano passado.

O número decorreu da diferença entre 15.166.221 admissões e 15.023.531 desligamentos.

O dado positivo foi amplamente comemorado pelo governo, já que a pandemia atingiu em cheio a atividade econômica em 2020. A questão é que a diferença ficou bem mais enxuta após as revisões, mesmo que continue no campo positivo.

Após o registro das novas informações, o saldo do ano passado encolheu 46,8%, para 75.883 vagas criadas. O resultado diminuiu devido ao aumento nos registros de demissões.

O número de cortes ficou 2,2% maior em relação ao divulgado inicialmente, pulando para 15.361.234. Já as contratações aumentaram 1,8%, para 15.437.117.

Empresas que perderam o prazo para declaração das informações podem enviar os dados ao governo fora do período em questão.

Os atrasos costumam ser corriqueiros, mas a magnitude da revisão chama atenção, analisa o economista Daniel Duque, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Em 2020, ano marcado pela chegada da pandemia, companhias atravessaram período de crise, e os números podem ter sido "subdeclarados" em um primeiro momento, conclui o pesquisador.

"Ao longo do ano passado, muitas empresas fecharam, principalmente após a primeira onda da pandemia, outras hibernaram ou paralisaram as operações. Então, fazer a lista de contratações e demissões para o Caged virou a última tarefa da lista de obrigações."

Na visão de especialistas, o saldo acumulado neste ano tende a passar por uma revisão inferior às de 2020. É que, além do impacto menor da pandemia na rotina dos negócios, as empresas estariam mais habituadas às declarações via eSocial.

"Imagino que, se houver revisão em 2021, será bem menor do que a de 2020", projeta Sergio Firpo, do Insper.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 04 de novembro.

Auxílio Brasil é imprevisível, limitado e com alcance reduzido, alerta Dieese

O diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, criticou as indefinições a respeito do Auxílio Brasil. O novo programa, substituto do Bolsa Família, ainda não tem previsão orçamentária garantida. A base do governo Bolsonaro condiciona os recursos do programa à aprovação da chamada PEC dos Precatórios, prevista para ser votada nesta quarta-feira (3) na Câmara dos Deputados.

"Não só não há definição, como há um desmonte da estrutura tão bem-sucedida do Bolsa Família. É lamentável", disse Fausto, em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual. Para ele, trata-se de uma proposta "eleitoreira", que revela o desprezo do atual governo com o social.

Fausto anota que o Auxílio Brasil está previsto para funcionar apenas até o final do ano que vem. "Após o ano eleitoral, a depender do que possa acontecer, simplesmente essas pessoas ficarão com mais dificuldades ainda", destacou.

Além disso, a cobertura do novo programa também é insuficiente. No mês passado, foram 39 milhões de famílias que receberam a última parcela do auxílio emergencial, enquanto o Auxílio Brasil deve atender a apenas 17 milhões de famílias.

"No meio de tudo isso, ainda temos uma inflação de dois dígitos, puxada principalmente pelos combustíveis e energia elétrica, itens que são insubstituíveis. Quando a gente olha para esse cenário, vemos o quão complicado é um governo que simplesmente colocada de lado a questão social. Na pior das hipóteses, trata essa questão a partir de uma visão eleitoreira", afirmou Fausto.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 04 de novembro.